

Capitalismo e crise: uma crítica marxista à teoria do sistema-mundo

Vinícius Vieira Pereira¹

ÁREA 3. Economia Política, Capitalismo e Socialismo

SUBÁREA 3.2. Capitalismo Contemporâneo

Resumo

À luz da teoria marxiana sobre a dinâmica das crises no modo de produção capitalista, critica-se a ideia presente nas análises dos teóricos do sistema-mundo, especialmente em Immanuel Wallerstein, cujo método, ao retirar a primazia do elemento material, econômico, contido na crítica ao capitalismo, esvazia as perspectivas socialistas e elimina completamente o elemento dialético da luta de classes para a transformação da sociedade contemporânea. Contradição do capital, negação e crítica, elementos preponderantes no método de Marx, que sustentam a interpretação das crises como próprias da dinâmica do desenvolvimento do capital são preteridas pela abordagem do sistema-mundo, que desloca o eixo da discussão para o elemento externo, abstraindo o processo de desenvolvimento da formação social em si mesma, sua relação com o mundo exterior, as relações específicas de produção, as forças produtivas e a dialética existente entre o interno e o externo, categorias centrais no arcabouço teórico marxiano e essenciais para explicar a dinâmica de transição e crise do capitalismo mundial contemporâneo.

Palavras-chave: Marx, crises capitalistas, método dialético, contradição, luta de classe, teoria do sistema-mundo, Wallerstein.

Abstract

Based on the marxian theory about the dynamics of capitalists breakdown, it criticizes the sight of world-system theory, especially theoretical contributions of Wallerstein, because his method eliminate the dialectical element present on class struggle and all the possibilities from the complete transformation of contemporary society. Contradiction of capital, negation and critical, essential elements of Marx's method, are set aside by theorists of world-system

¹ Professor Assistente do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

theory. These, change the axis of question to the external factors, disregarding the social structure itself even as your relation with de real world, the social relations, the productive forces and the dialectical relation between the internal and external analysis elements, important shares of marxist theory and necessary to explain the contemporary world crisis of capitalism.

Tags: *Marx, capitalist crisis, dialectical method, contradiction, class struggle, world-system theory, Wallerstein.*

Introdução

A dramática crise econômica mundial que vimos experimentando há mais de três anos, cujos efeitos devastadores se espalham também, e principalmente, por entre os países capitalistas mais avançados, tem dado indícios de se tratar de um fenômeno de caráter sistêmico. A amplitude tomada pelo debacle despertou todo um debate sobre a origem e a dinâmica das crises no sistema capitalista. Numa perspectiva analítica da esquerda, dentro de uma abordagem marxiana, antigas discussões voltam à tona, como a que permeia a existência ou não de uma teoria do colapso nas obras de Marx, ou quanto ao caráter inexorável ou não das crises capitalistas, passando pelas controvérsias teóricas que ora apontam para um problema de desproporção ou subconsumo, ora para superprodução. Apesar de autoridades governamentais, analistas e economistas burgueses das mais variadas linhas teóricas insistirem no caráter financeiro da crise, dada a associação imediata com instituições de crédito vinculadas à concessão de hipotecas, partimos, nesse trabalho, da convicção de que as grandes crises capitalistas, como a que vivemos ao fim da primeira década do século XXI, apenas podem ser explicadas à luz da tendência da economia capitalista para crise e estagnação.

No entanto, nas décadas finais do século passado, ganhou forma a ideia de um complexo econômico, cultural, político e social, que procurasse açambarcar o espaço geográfico e as metamorfoses da localização espacial, formando assim um jogo de interconexões entre nações e instituições que, desenhando a concepção de um sistema global, desembocou na economia política do sistema-mundo. Immanuel Wallerstein, teórico pioneiro dessa vertente, afirma que o capitalismo atinge seu fim. Estudando as tendências longas do capitalismo a partir das teorias do sistema-mundo, Wallerstein declarou em uma entrevista ao *Le Monde* em outubro de 2008: “*Eu penso que há 30 anos entramos na fase terminal do sistema capitalista. A*

situação torna-se caótica, incontrolável pelas forças que a dominavam até agora, e vemos a emergência de uma luta, não entre os detentores e os adversários do sistema mas, entre todos os agentes para determinar o que vai substituí-lo. Eu reservo a palavra 'crise' à esse tipo de período. Bem, estamos em crise. O capitalismo atinge o seu fim.” Além disso, em outra entrevista, ao jornal Público de Madri, em janeiro de 2009, ele acrescentou: “ *Nós podemos estar seguros que em trinta anos não viveremos mais sob o sistema mundo capitalista*”.

Para Wallerstein, a atual crise nada mais é que a fase final de um ciclo, processo esse que já se repetiu muitas vezes ao longo dos últimos 500 anos de história do sistema capitalista. Nesse sentido, ela nada traz de novo. Para ele, tal crise é muito similar às que ocorreram em outros momentos históricos, como a Grande Depressão em 1929, e a de 1873-1896, pois segue um padrão típico. Endividamento em massa, bolhas de especulação, e por fim, uma sucessão de falências. Posto dessa forma, o que vivemos agora é o colapso de um sistema especulativo que se iniciou nos anos 1970, na visão de Wallerstein, sendo necessário apenas distinguir entre o que é cíclico e, portanto, apenas repetição, e o que é, de fato, novo, extraordinário. E, para ele, o aspecto peculiar é que o ciclo conjuntural mais recente se agrava à medida em que coincide com uma crise de duração muito mais longa, que se iniciou há mais de trinta anos, que é o próprio fim do atual sistema-mundo capitalista e a conseqüente transição para outro sistema. Apesar de não saber de qual sistema se trata, arrisca que isso dependerá do resultado de uma luta política que ainda está sendo travada, onde de um lado defende-se o chamado espírito de Davos e de outro, o espírito de Porto Alegre. Enquanto isso, Theotônio dos Santos, expoente da teoria do sistema-mundo no Brasil, arrisca que reformas no sistema financeiro e maiores investimentos no setor produtivo podem representar a sobrevida do capitalismo, apesar da crise financeira ser mais difícil e prolongada do que se imaginava (Cesar, 2008).

Partimos do argumento de que, das heranças intelectuais reivindicadas pelos teóricos do sistema mundial capitalista, sejam estes neo-marxistas ou não, é, primeiramente e, sobretudo, na obra de Marx que devemos buscar a fonte de inspiração primeira deste debate (Herrera, 2007)². Assim sendo, neste trabalho, após apresentarmos, na primeira seção, uma investigação sobre as crises no sistema capitalista sob a ótica da teoria de Marx, além de um rápido esboço que relaciona contradição e crise no método de Marx, analisamos, na segunda seção, o arcabouço teórico da economia política do sistema-mundo, concentrando-nos no pioneiro

² Herrera, quando apresenta um esboço sobre o debate acerca das teorias do sistema mundo afirma que “Marx, pela riqueza das problemáticas que nos convida a refletir e pela multiplicidade das implicações analíticas que nos descreve, contribui fortemente para o estabelecimento das bases teóricas e irriga as reflexões contemporâneas desta corrente.” (Herrera, R. 2007)

desta teoria, Immanuel Wallerstein. Procuraremos mostrar que o método e as variáveis-chaves dessa corrente de pensamento dentro do campo de estudos da economia política internacional carecem de aprofundamento do aspecto produtivo capaz de estabelecer, ou caracterizar, os regimes de relações de produção, a evolução das forças produtivas e das relações sociais de produção para melhor explicar o funcionamento dos ciclos econômicos.

Na terceira seção, partindo dos elementos presentes em algumas obras de Marx, apresentamos uma visão crítica às abordagens baseadas na economia do sistema-mundo. Questionamos até que ponto elas dão conta de explicar as metamorfoses e crises do sistema capitalista mundial, uma vez que retiram a primazia do elemento material, econômico, contido na crítica ao capitalismo, esvaziando sobremaneira as perspectivas socialistas e abstraindo o elemento dialético da luta de classes para a transformação da sociedade contemporânea.

1. As crises em Marx

Ao observarmos as diversas análises acadêmicas, midiáticas, de autoridades governamentais e instituições em geral sobre a crise econômica que abalou o mundo a partir de setembro de 2008 e cujos efeitos reverberam de formas e intensidades diversas sobre toda a economia mundial, somos levados a interpretar os acontecimentos como se circunscritos à esfera financeira. Nada mais falso do que tal interpretação. Apesar do crescimento sem precedentes da riqueza financeira, multiplicada por 15 nas últimas três décadas, enquanto o PIB mundial cresceu não mais que quatro vezes no mesmo período (Paulani, 2008), tal crescimento exponencial desse tipo de riqueza é pontuado pela contínua formação de bolhas de ativos, que provocam fortes crises quando estouram. A mais recente delas teve exatamente esse formato, o estouro da bolha do mercado imobiliário americano, a qual havia fomentado a formação de uma série de outras, mundo afora, num processo patrocinado pela assim chamada globalização, ou mundialização, financeira (Chesnais, 2005).

No entanto, o fenômeno começou algumas décadas antes, não sendo, pois produzida pelo mercado imobiliário americano, ainda que tenha sido revelada por tais episódios, mas, sim, produzida por causas estruturais. Na realidade, o capitalismo, desde o final dos anos 1960, viu agravar-se um processo que alguns economistas marxistas denominam sobreacumulação, ou excesso de produção de capital que acaba resultando em baixas taxas de lucro. Isso significa impossibilidade de realização da mais-valia produzida. Mas, os eventos recentes trazem a

necessidade de investigarmos, à luz do pensamento de Marx, o que as crises representam na dinâmica do sistema capitalista.

As crises capitalistas, dentro do que poderíamos denominar de uma teoria marxiana das crises, começam no caráter dual da mercadoria. Se o valor de uso confere o conteúdo material da riqueza, sua concretude, o valor representa o acesso à riqueza social, abstrata. Daí que, se para obter e ampliar a riqueza social houver a necessidade de produção em escala sempre ampliada de mercadorias e de capital novo, a superprodução do conteúdo material da riqueza será uma consequência necessária desse processo. Logo, a crise desponta na sociedade capitalista por que se produz muito de tudo, e não por se produzir pouco.

Separamos aqui três grandes interpretações sobre a teoria das crises em Marx: i) a chamada teoria da desproporcionalidade, defendida entre outros pelo marxista russo Mijail Tugán-Baranovsky, por Rudolf Hilferding, Nicolai Bujarin e, em certa medida, também por Lênin. Segundo esta concepção, a causa principal das crises está em que as decisões de investimento capitalista geram uma desproporção entre as frações de valor produzidas e os fluxos de valor gerados pelo setor I da economia (o produtor de meios de produção) e o setor II (que produz bens de consumo); ii) a teoria subconsumista, sustentada entre outros por Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo e Paul Sweezy, os quais veem a causa essencial das crises como resultado da lacuna existente entre a capacidade produtiva e a insuficiente capacidade de consumo das massas; iii) a teoria da sobreacumulação, quando, em determinados períodos, há excesso de capital para as possibilidades disponíveis de aplicação produtiva lucrativa. O resultado é uma massa insuficiente de mais-valia produzida, relativamente à quantidade total de capital acumulado, sobre o qual começa a operar a tendência à queda da taxa de lucro

Assim, ainda que substanciais e importantes as interpretações dos teóricos subconsumistas e daqueles que defendem a desproporcionalidade entre os setores para a demonstração da instabilidade inata do sistema capitalista, entendemos que o lugar, na teoria de Marx, para se buscar uma teoria das crises, uma teoria do colapso, não está nos esquemas de reprodução, na reprodução simples e ampliada do capital (Rosdolski, 2001), mas sim nos *Grundrisse*, nos Livro III d'O Capital, nas Teorias da mais-valia, ou seja, onde a crise sonda cada etapa do processo de produção, desde a mercadoria, e onde a possibilidade e inexorabilidade da crise já estão presentes. Conforme Marx, “*a força motriz da produção capitalista é a valorização do capital, ou seja, a criação de mais-valia, sem nenhuma consideração para com o trabalhador*” (Marx, 2004)

Para Colletti (1983), na dinâmica do capitalismo, as crises são partes constitutivas de sua estrutura. Há produção demais com vistas ao enriquecimento individual. Uma parte demasiado grande da produção destina-se não ao consumo, mas a se obter mais dinheiro. Para ele, a superprodução de mercadoria está condicionada de modo específico pela própria lei geral da produção de capital, que é produzir até o limite estabelecido pelas forças produtivas, ou seja, explorar ao máximo o volume de trabalho com um dado volume de capital. E isso é levado a cabo por meio de uma contínua expansão da reprodução e da acumulação, uma constante transformação da renda em capital. O lucro é o objetivo final.

Marx (1984) assinala que a tendência à queda da taxa de lucro é a principal lei de movimentado capitalismo. Com o desenvolvimento histórico desse modo de produção, a concorrência entre os capitalistas forçá-los-ia a revolucionarem constantemente a maquinaria. “À medida que a maquinaria se desenvolve com a acumulação da ciência social [...], o trabalho social geral não é representado no trabalhador, mas no capital”. (2011, p. 582). Assim, dado desenvolvimento histórico das forças produtivas, o capital variável, como fração do capital total, tende a diminuir devido ao progresso técnico que implica numa crescente substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto (maquinaria). Produz-se, deste modo, um aumento da chamada “composição orgânica do capital”, isto é, um incremento do capital constante (o destinado à compra de maquinaria e matérias-primas) em relação ao capital variável (a porção do capital destinada aos salários), implicando na diminuição da fração de capital que produz mais-valor e, com isso, uma tendência à queda na taxa de lucro. O capitalista obtém uma menor rentabilidade em relação ao capital investido.

Assim, a competição intercapitalista torna-se a fonte do aumento da composição orgânica do capital. Capitais mais intensivos em tecnologia de ponta, logo, com maiores composições orgânicas, destruirão aqueles mais intensivos em mão de obra. Para ampliar o valor, é necessário ampliar-se o valor-de-uso, pois é necessário ampliar a produção da riqueza material. Só com a produção de mercadorias pode-se produzir mais valia e, assim, lucro. Mas a produção ilimitada de mercadorias surge como grande contradição do sistema capitalista, pois se produz muito além das possibilidade de realização dos lucros. Ao destruir a composição orgânica dos capitais, as crises permitem, ou possibilitam, a retomada da ascensão das taxas de lucro e do lucro médio. Por isso, para Marx, as crises obedecem a certa periodicidade cíclica, o que dependeria da durabilidade do capital fixo.

Há que ter em conta que, no capitalismo, as crises, quando não abrem espaço às revoluções, são habitualmente um mecanismo que permite a “faxina” de capitais “sobrantes”, em outras palavras, capitais mais débeis, ou tecnologicamente ultrapassados, são desvalorizados favorecendo a concentração e centralização do capital gerando as condições para a recuperação da taxa de lucro. Após uma destruição colossal de forças produtivas, as taxas de crescimento retornam a patamares elevados. Exemplo disso, a crise dos anos 1930, e a segunda guerra mundial, que se estima, tenha sido destruído nada menos que um terço do capital previamente existente, e os períodos que as seguiram.

Resumindo, as crises no capitalismo não podem ser separadas da sua dinâmica própria. Ainda que no processo de reprodução uma parcela da mais valia acumulada seja subconsumida por parte dos capitalistas, ou que haja desproporcionalidade entre os departamentos produtores de bens de consumo e de bens de produção, o nexos central da investigação deve partir do fato de que o capitalismo, em seu móvel de acumular por acumular, sobreinvestir para fazer crescer a produtividade social do trabalho e suplantando a concorrência, superproduzir para superlucrar, e superacumular capital em excesso e em todas as suas formas, referenciando-se numa dada taxa média de lucro, chega num estágio além das possibilidades de realização da massa de mercadorias produzida e capaz de garantir a taxa média de lucro esperada.

A crise torna-se, conseqüentemente, elemento necessário do processo, a partir do momento em que desempenha a função de causa contrariante da lei da tendência decrescente da taxa de lucro, derrubando a composição orgânica do capital e permitindo, por meio da destruição de capitais, a retomada e a recuperação da taxa de lucro. Para Nakatani e Herrera (2011), um dos equívocos nas interpretações correntes da crise capitalista atual é que ela seria uma crise financeira que contaminaria o setor real da economia. Ao contrário, defendem que ela é uma crise do capital cujo surgimento e manifestação ocorreu na esfera financeira devido à gigantesca financeirização da sociedade capitalista nas últimas décadas. O gigantesco desenvolvimento do sistema de crédito responde de forma a permitir que, ao invés da superprodução de mercadorias, o capital se acumule sob a forma de capital dinheiro, o qual pode se apresentar seja como capital portador de juros, seja como fictício, neste último caso de maneira ainda mais “irreal”, sem deixar de ser real (Nakatani e Herrera, 2011)

Assim, a “solução” das crises capitalistas renova as condições da acumulação em um novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, em novas bases de produção e expropriação da mais-valia dos trabalhadores, como também abre novas

contradições que irão exigir novas crises para sua solução. Logo, a instabilidade, inerente ao sistema, não pode ser explicada por fatores externos, como erros de estimativas, práticas ilícitas e corruptivas da parte dos agentes econômicos, choques externos ou pelos equívocos da política macroeconômica, nem mesmo por falta ou insuficiência de regulação, como tem sido bastante comum. Não se pode querer explicar os desenvolvimentos imanentes da lei do valor usando artifícios que negam, invalidam, ou transgridam a lei do valor.

Para Mézáros (2010), vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

Contradição e crise: O método de Marx

Segundo Grespan (2002), é preciso deixar claro que, para Marx, sua retomada da dialética na crítica do capitalismo e da economia política burguesa não decorre de uma mera adesão a este método, como se ele devesse valer por si mesmo, independente do objeto a que se aplique. Esta indiferença entre método e objeto, forma e conteúdo, seria em si mesma totalmente não-dialética.

Ao contrário, é porque seu objeto se constitui de modo contraditório que **Marx** percebe ter de investigá-lo dialeticamente. Por isso, ele afirma, numa famosa proposição: “[...] *toda a ciência seria supérflua, se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente*” (Marx, 1989). Ou seja, em coisas que aparecem de forma distinta do que são essencialmente distinguem-se dois níveis de realidade — o da essência e o de suas manifestações. Daí perceber também a Economia Política como contraditória, logo, alvo de uma crítica interna.

No entanto, devemos entender a relação entre contradição e crise no pensamento de Marx. Tal tarefa vai muito além de tecermos conceitos para crise e buscarmos explicações para cada crise específica. Para Grespan (2009), a expressão fundamental para entendermos a questão, aparece em Marx como “desmedida”. Nos *Grundrisse*, Marx se expressa como ““o impulso desmedido e sem barreiras de ultrapassar suas barreiras” (Marx, 2011). Como a barreira representa um limite, uma quantidade determinada de valor, e quantidade limite esta

determinada pelos próprios impulsos anárquicos do capital, em certo momento o capital visa ultrapassar esse obstáculo, por ele mesmo imposto, num impulso desmedido.

Assim, é como se, de posse da fonte da criação do valor, o próprio capital fosse capaz de se autovalorizar. E essa fonte também é a medida de valor, “trabalho abstrato”, que é determinado como “abstrato” pelo movimento social das trocas de mercadorias, presidido pelo capital em seu interesse de lucro. Logo, a autovalorização que define o capital é também automensuração. Medir-se não apenas o volume alcançado mas também aquele quantum a que se quer chegar, ou seja, a mais-valia, ou o excedente do valor (Grespan, 2009). Algo que se resolve num processo de produção que é, por excelência, produção de excedente.

Dessa forma, se nos pautarmos na circulação simples de mercadoria nos depararemos com a magnitude do valor a ser produzido dado pelas necessidades de consumo de uma população naturalmente em crescimento. Mas na circulação de capital, a medida de produção de valor não é dada pelo consumo social, mas sim pela necessidade de enriquecimento da classe capitalista num processo que resulta em competição e concorrência entre capitais. E a produção de excedente de valor está interligada ao fenômeno das crises, pois o elo entre excedente e crise está no valor em excesso. Este é a negação do capital, pois superou suas barreiras. (Grespan, 1998). A partir daí, criar um valor novo pode significar destruir valor já existente.

A superação incessante das medidas, ou barreiras, impostas ao capital pelo capital, ou esse excesso de valor que o capital produz leva incondicionalmente a uma sobreprodução, ou a um excesso de produção e este, por sua vez, à crise. Assim, a natureza desmedida de um impulso à produção de valor sempre de forma ampliada, leva não a um novo valor, mas ao seu contrário, à sua negação, a uma desmedida, pois se trata de um excesso de produção.

E a contradição aqui investigada também marca o conflito capital-trabalho. Sendo o trabalho vivo a substância do valor, é ele quem constitui substancialmente o capital, sob a forma de valor e mais-valia. Quando a força de trabalho é comprada pelo capital, a força de trabalho transforma-se apenas em uma parte da totalidade formada pelo capital variável, a que ela corresponde, e o capital constante, trabalho morto. No processo produtivo, porém, o capital se opõe ao trabalho vivo. Capital que é trabalho morto. Então, o capital se opõe a uma de suas partes, o capital variável, a partir do que, se nega, se contradiz.

Em todas as definições de crise presentes n’O Capital, segundo Grespan (2009), a desmedida, impulso causador da contradição imanente do modo de produção capitalista, está na base de

todas elas. Na diferença de compra e venda, na discrepância entre o dinheiro como meio de circulação e como meio de pagamento (Livro I), pela possibilidade de interrupção do circuito do capital singular, pela desproporção entre os departamentos da produção capitalista (Livro II), até a queda da taxa de lucro concomitante ao aumento da taxa de mais-valia, à sobreprodução e sobreacumulação de capital e, por fim, à oposição entre taxa de lucro e taxa de juro (Livro III). Em todos estes casos, de maneiras distintas, mas encadeadas, configura-se uma desmedida, e com ela a possibilidade constante das crises. Dessa forma, para se entender uma crise capitalista, deve-se entendê-la como resultado de uma oposição de medidas, de uma superação da medida do valor, logo, da negação do obstáculo imposto pelo próprio capital e, assim sendo, pela ótica de sua contradição.

2. A Economia política do sistema-mundo

Nas últimas décadas do século XX, ganhou forma a ideia de um complexo econômico, cultural, político e social, que procurasse açambarcar o espaço geográfico e as metamorfoses da localização espacial, formando assim um jogo de interconexões entre nações e instituições que, desenhando a concepção de um sistema global, desemboca na economia política do sistema-mundo. Para o objetivo deste trabalho, importante se faz uma breve análise sobre o desenvolvimento desta corrente de pensamento.

De acordo com o Grupo de Pesquisa em Economia Política dos Sistemas-Mundo, da Universidade Federal de Santa Catarina, pode-se dizer que essa vertente teórica estuda o surgimento, desenvolvimento e desintegração de sistemas sociais históricos, pesquisados através do método comparativo, objetivando chegar, de acordo com Wallerstein (1991, b), a *“generalizações sobre interdependências entre os componentes [do] sistema e a princípios de variação entre condições sistêmicas em diferentes espaços e tempos”*. Sistemas sociais históricos são conjuntos de estruturas (ou entidades), simultaneamente sistêmicos e históricos, cujas coexistência e sucessão representam o próprio conteúdo do mundo social. Esses sistemas são vistos como a unidade de análise mais apropriada para o estudo da vida social e, dessa forma, ocupam o lugar analítico tradicionalmente preenchido pela “sociedade” e pelo “Estado” no papel de entidades em que a vida social se desenrola.

De forma institucionalizada, a chamada Economia Política do Sistema-Mundo (EPSM), surge em 1981, como uma seção da Associação Americana de Sociologia, graças a iniciativa de pesquisadores com interesse em consolidar o campo de pesquisa aberto por Immanuel

Wallerstein, em 1974, quando do lançamento do primeiro volume de “O Moderno Sistema Mundial” (Costa, 2007). É nesta obra que Wallerstein desenvolve toda a tradição de Fernand Braudel, um dos herdeiros da escola dos Annales de 1930, e ícone da segunda geração dessa escola.

Segundo Carrion (1997), com Braudel, a totalidade histórica ficou reduzida a uma somatória dos distintos níveis do real, sem dominâncias ou determinações, sem causalidades, sem querer apreender a história por este ou aquele fator dominante. Nas palavras do próprio Braudel (1978), “*chegamos a uma decomposição da história em planos escalonados, à distinção no tempo da história de um tempo geográfico, de um tempo social, de um tempo individual, ou, se preferirmos ainda, de uma decomposição do homem, num cortejo de personagens*”. Assim, a visão braudeliana trazia, latente, o fatalismo e o determinismo geográfico, o “indivíduo como prisioneiro de um destino sobre o qual pouco pode influir” (Braudel, citado por Burke, 1992, p.53), pois “nada há para fazer diante do peso do passado a não ser tomar consciência disso, uma vez que a parte da liberdade humana é muito fraca” (Braudel, citado por Dosse, 1994). Na perspectiva de longa duração, a ação humana é insignificante. Assim, “*incapaz de perceber a dialética entre tempos longos e curtos, entre circunstâncias e acontecimentos, leis históricas e práxis humana, Braudel aproxima-se do ‘o homem está morto’ do estruturalismo*” (Carrion, 1997).

Trazendo um conceito de capitalismo inconsistente, pela ótica da teoria do valor (Carrion, 1997), Braudel (1985) apresenta uma economia mundial que é o verdadeiro palco para o surgimento do capitalismo. Capitalismo de trocas. Capitalismo de conexão. Capitalismo que se cria e se reproduz entre a esfera da produção e do consumo, na circulação. Capitalismo comercial e financeiro. Capitalismo das bancas de Gênova, Veneza, Antuérpia, Florença, Amsterdam. O capitalista se forma ao presidir a inserção do capital no processo incessante de produção. Capital que é dinheiro, é casa, é imóvel, como também o são o trigo, o navio e a estrada. Capitalismo que se põe como algo acima da economia de mercado e que a domina. Capitalismo que só triunfa quando se identifica com o Estado, que junta-se ao Estado e aí se multiplica. Capitalismo que é impensável sem a cumplicidade ativa da sociedade.

Utilizando expressões como centragem, descentragem e recentragem quando procura estabelecer o eixo hegemônico em torno do qual uma economia-mundo orbita, Braudel argumenta que o eixo do capitalismo mundial muda após crises. Ou resiste, e nesses casos, torna-se mais forte que antes. Nos momentos de mudanças, deixa profundas marcas na

história. Para Braudel (1988), as economias-mundo são como “um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar-se a si próprio, e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica”.

Wallerstein, influenciado pelo arcabouço teórico braudeliano e experimentando novos métodos de interpretação sobre o capitalismo, traz seu conceito de economia-mundo baseado numa visão macroscópica do modo de produção capitalista. A importância dos sistemas sociais desenvolvidos pelo autor, suas análises empíricas e suas conceituações, podem se configurar em mini-sistemas, quando se refere à pequena abrangência geográfica e duração, ou sistemas-mundo, dada uma maior magnitude tanto espacial quanto temporal. Os sistemas-mundo são então classificados em impérios-mundo (se uma única estrutura política controla todo o espaço coberto pela divisão do trabalho) e economias-mundo (a superestrutura política que se levanta, permanece fragmentada em muitas unidades).

Na economia política do sistema-mundo, a categoria hegemonia ocupa lugar importante. Fazendo alusão ao processo de dominação que se estabelece sobre as regiões periféricas por parte dos Estados centrais do sistema-mundo, dadas as suas estruturas fragilizadas ou mesmo inexistentes, as primeiras vivem a verdadeira contraposição entre, de um lado uma soberania de fato, limitada, e relativa, e, de outro, uma soberania de direito, ou teórica, que só existe na aspiração. Os instrumentos utilizados para dar forma à idéia de imperialismo e hegemonias, promovendo as transferências de excedentes para as regiões centrais são os vários meios econômicos, políticos, militares e culturais presentes nas relações interestatais. Mas, carece nesse momento de maior aporte de categorias explicativas desse movimento, pois a primazia do elemento econômico cede lugar aos aspectos culturais e sócio-políticos.

Quanto ao conceito de hegemonias, defendendo um processo histórico cíclico de transição de poder, tanto Wallerstein (1979), quanto Arrighi (1996) pontuam o caráter temporal restrito dos períodos de dominação central. Precedidos por uma grande guerra mundial e encerrados devido às conturbações políticas internas associadas à maior difusão do progresso técnico e à potencialização dos conflitos de classe, os períodos de hegemonia são contestados e rivalizados entre nações centrais.

Assim, o modo de operação do sistema de economia mundo, na ótica de Wallerstein, funciona calcado sobre uma relação de domínio e exploração, mas também interdependência entre centro, periferia e semi-periferia. Importância fundamental no processo tem esta última, pois

funciona como correia de transmissão dos interesses da burguesia dos estados centrais junto à própria semi periferia e à periferia. Tal estratégia torna-se duplamente eficaz, pois, além de evitar que as semi-periferias caiam na polarização em favor da periferia, faz com que, no momento em que recebem uma parte da riqueza do centro, a semi-periferia passa a contar com maior prestígio no cenário internacional, apesar de lhe serem negadas possibilidades suficientes para adquirirem poder político, militar e econômico que as capacitem a concorrer com o centro.

Semelhante se faz com Arrighi (1996), que fortemente calcado na verificação empírica, traz reflexões sobre o capitalismo, sua origem, sua articulação com outros modos de produção pré-capitalistas. Assim, estudando profundamente a acumulação primitiva, em especial para auxiliá-lo em sua pesquisa sobre a penetração do capitalismo na África, ele utiliza a perspectiva, também braudeliana, de ciclos de longa duração, especialmente aqueles seculares, ligados ao movimento do capital financeiro, bem como a de hegemonias para, então, combiná-las com traços específicos do imperialismo, que segundo ele, reproduz a lógica do desenvolvimento do subdesenvolvimento (Arrighi, 1996). Nesse sentido, sua contribuição será imprescindível para o arcabouço teórico da economia dos sistemas-mundo, uma vez que estabelece bases empíricas acerca dos novos desenvolvimentos do capitalismo contemporâneo.

Esses grandes conjuntos de estruturas abarcam não apenas os processos econômicos mas, também, os processos políticos e culturais, que se apresentam como relativamente autônomos, no sentido de que sua continuidade é garantida pelos acontecimentos que têm lugar no seu próprio interior. Wallerstein (2000, p. 74) diz que “a característica definidora de um sistema social é a existência, dentro dele, de uma divisão do trabalho, de tal maneira que os vários setores ou áreas dependam das trocas para o atendimento regular e contínuo das necessidades da área”. O adjetivo “sistêmico” remete, assim, à rede de processos econômicos, políticos e culturais que figuram na base de coesão dos sistemas históricos. O qualitativo “histórico”, por seu turno, traduz o entendimento de que esses sistemas são delimitados temporalmente, isto é, tem início e fim. De todo modo, seus ciclos de vida, via de regra, ostentam uma “longa duração”, no sentido em que Braudel (1992) utiliza essa expressão, que se refere ao tempo histórico, por excelência, das estruturas sociais.(GPEPSM)

Assim posto, institucionalizando o campo de pesquisa acerca do surgimento, desenvolvimento e desintegração de sistemas sociais históricos, em ciclos que ostentam longa duração

(Braudel, 1992a), e utilizando-se do método comparativo para chegar a uma análise sobre as metamorfoses do mundo social (Wallerstein, 2001), essas teorias apresentam um sistema que é social e, ao mesmo tempo, histórico, calcado numa divisão extensiva do trabalho e cujas ligações básicas entre as partes do sistema, embora de ordem econômica, realçam os laços políticos e culturais. Numa economia-mundo é a estrutura política que tende a ligar a cultura e a localização espacial, pois, nesse sistema, a homogeneização cultural tende a servir aos interesses de grupos chave, o que leva a pressões que se erguem no intuito de gerar uma identidade cultural-nacional, o que indica ser a estrutura local nacional do Estado o primeiro ponto de pressão acessível aos grupos.

No entanto, as análises do enfoque do sistema-mundo carecem de aprofundamento do aspecto produtivo capaz de estabelecer, ou caracterizar, os regimes de relações de produção, a evolução das forças produtivas e das relações sociais de produção para melhor explicar o funcionamento dos ciclos econômicos e suas crises (Dos Santos, 2000). Mesmo Wallerstein (1979) admite que, para apresentar a explicação histórica com clareza, o método obriga, muitas vezes, a passar por alto a exposição das inter-relações formais entre variáveis e entre categorias teóricas.

Ao reduzir a importância e o poder explicativo das variáveis econômicas, a abordagem encontra dificuldades para interpretar a dinâmica de transição e crise do sistema capitalista mundial, bem como o estabelecimento das hegemonias, pois embora se pautem em estruturas financeiras, políticas, militares, e atentem para a multiplicidade cultural, nas quais essa ampla unidade de análise toma o lugar analítico preenchido tradicionalmente pela sociedade e pelo Estado, permanece a necessidade de articulação da noção de sistema-mundo com as grandes estruturas de produção e com as revoluções tecnológicas e científicas.

3. De Marx ao sistema-mundo: uma crítica

Nos estudos sobre a formação, desenvolvimento e crises do modo capitalista de produção, a expansão mundial desse sistema e as transformações qualitativas do processo de acumulação de capital em escala mundial têm se constituído um dos campos de pesquisa dos mais dinâmicos. Mesmo que não possamos atribuir a Marx a teoria acabada para o sistema capitalista mundial contemporâneo, é à luz de sua obra, de seu modelo geral, do conjunto composto por estrutura e dinâmica do capitalismo por ele apresentado, que podemos investigar e entender as manifestações últimas em torno dos ciclos e das crises vividas pelo modo capitalista de produção.

Nos escritos de Marx, no momento de consolidação do capitalismo, já estavam presentes movimentos sociais que implicavam em transformações semelhantes, guardadas as devidas proporções, às que hoje se nos deparam, e que podem nos auxiliar a entender a dinâmica crítica do capitalismo contemporâneo. Assim, defende-se o potencial da teoria do valor de Marx como instrumental necessário à explicação das atuais inter-relações entre as nações e as crises sistêmicas.

Entendendo que a acumulação do capital e a forma como se fundamentava a proletarização da força de trabalho faziam do capitalismo um modo de produção mundializado, Marx adiantava-nos a existência de uma divisão internacional do trabalho. Assim, o ponto de partida do capitalismo se mostra como sendo o mercado mundial, que se estabelece na generalização da mercadoria e na confrontação do capital-dinheiro com outras formas de produção que não apenas a baseada no trabalho assalariado³.

Nesse sentido, De Paula (2005) assevera que “como realidade histórica, a economia traduzirá, no que lhe é específico, as mesmas características de qualquer período histórico, que é sempre uma realidade compósita, marcada pela coexistência de formas, que tanto anunciam o novo, quanto formas que teimam em não desaparecer”. De tal modo que, se cada período histórico é marcado pela centralidade de um determinado modo de produção dominante, cada período histórico também é o resultado da coexistência de outras formas de produção, que terão maior ou menor interação com o modo de produção hegemônico. Para esse autor, “a estratégia capitalista, nesse momento de império explícito, tem feito expandir sua dominação para todos os espaços da vida econômica num processo de virtual colonização global” (*idem, ibidem*).

Quando se trata de analisar a dinâmica de exploração e dominação econômicas que se configuram no cenário mundial contemporâneo, impossível abdicar das contribuições teóricas de Marx, dada a sua atualidade. Em julho de 1853, enquanto analisava os resultados da dominação britânica sobre as Índias, Marx afirmava que a Inglaterra operava a aniquilação da velha sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na

³ Já no Manifesto Comunista, Marx e Engels mostram a patente necessidade do capital de se expandir para a mais vasta área mundial possível. Segundo eles, a vocação do capital era mundializar-se, transformar o globo, enquanto arena de lucros privados, em áreas para a valorização do capital, ainda que continuassem a coexistir, simultaneamente, num ou noutro canto, ou amiúde em alguns setores produtivos, relações econômicas baseadas em tipos não capitalistas, ou pré-capitalistas.

Ásia. E ainda, que os britânicos eram os primeiros conquistadores superiores e consequentemente inacessíveis à civilização hindu, destruindo assim as comunidades nativas, extripando-lhe a indústria e nivelando tudo o que era grande e superior naquela sociedade . (Marx, 1977)

Dominação a partir de um centro econômico hegemônico e possibilidades de crise e colapso com mudanças na hegemonia e nas zonas de influência. Em fevereiro de 1850, Marx apresentava, na Gazeta Renana, curioso artigo que tratava do deslocamento do centro de gravidade da economia mundial. Naquele momento, observando toda a euforia causada pela corrida do ouro na Califórnia, e os rendimentos que aquelas mágicas minas prometiam, Marx antecipava que estava a ocorrer ali, nas Américas, um novo descobrimento, mais importante que o próprio descobrimento das Américas, e que, em breve, faria de Nova York e San Francisco o centro do mundo, assim como outrora havia sido Alexandria, na era antiga; ou como, posteriormente, a Itália, com Gênova e Veneza, imperando no mediterrâneo; ou ainda, em seguida, como aconteceria com a poderosa Inglaterra na era moderna (Marx, 1976). Nesse momento faz-se importante ressalva: a semelhança de tal análise de Marx com a evolução do capitalismo apresentada posteriormente por Braudel (1985 e 1995) torna-se evidente. Por isso, para Braudel (1992b), “o gênio de Marx, o segredo de seu poder prolongado, está em que ele foi o primeiro a fabricar verdadeiros modelos sociais”.

Marx mostrava, assim, que a economia mundial experimentava deslocamentos de hegemonia. Entendia que o elemento dialético contido na esfera material das sociedades tencionava pela expansão das forças produtivas, até o momento em que tais forças produtivas disponíveis já não mais satisfaziam a promoção das relações de propriedade burguesas (Marx e Engels, 1998), tornando-se assim, por demais poderosas para essas relações, gerando conflitos e crises constantes quanto às relações sociais de produção. Novos arranjos e, com eles, novos núcleos de poder econômico e político se desenhavam, a partir da luta de classes.

Destaque-se, ainda, a importância da contribuição de Marx acerca do capital fictício, elemento este presente e atuante tanto no que diz respeito aos deslocamentos de poder e na continuidade do processo de reprodução do capital, como o elemento chave de resposta à crise de sobreacumulação. Tome-se de empréstimo a argumentação de Mollo (2010), para a qual, já nos *Grundrisse*, apesar de ausente a categoria capital fictício, seus desenvolvimentos embrionários são ali investigados, tais como as divergências entre valores, entre valores médios e individuais, entre valores e preços e da própria noção de autonomia da circulação.

Sem a intenção de aprofundar no tema, deve-se destacar que quando o colapso parece iminente, diversos expedientes são usados para contornar a crise. Segundo Paulani (2008), um dos mais acionados é a busca de valorização financeira, em substituição à criação de valor, ou seja, de acumular capital por meio de empréstimos e aquisição de ativos financeiros. Na maior parte dos casos, tal busca implica também valorização fictícia, aquela valorização que aparece por obra e graça da mera circulação do capital, ou seja, da compra e venda de ativos, fictícios ou não.

No entanto, apesar da forte crítica ao sistema capitalista e de vislumbrar o holocausto desse modo de produção, a teorização da economia política do sistema-mundo tem muito pouco a oferecer para o entendimento de como uma crise derradeira levaria o capitalismo mundial ao colapso. Considerada uma vertente de inspiração marxista, afirmamos que a abordagem metodológica da teoria do sistema mundo nada guarda do método de Marx. A começar pela lógica da ênfase no “externo”, o que desloca a concentração nas condições internas de cada unidade de análise, *i.e.*, a formação social, o modo de produção, as relações de produção, as forças produtivas, etc. Como consequência dessa opção metodológica surge a impossibilidade de análise da transição e das crises do modo capitalista de produção, análise esta que se constitui num dos principais objetivos do materialismo histórico

Abstraindo a dialética, os teóricos do sistema-mundo passam a considerar capitalista qualquer Estado que mantenha relações comerciais com o mercado mundial capitalista, sem levar em conta a forma e as relações de produção dominantes numa e noutra áreas. Ou seja, é a negação de uma categoria de modo de produção, categoria central no arcabouço teórico/metodológico do marxismo, o que é possível apenas quando se retira do processo, o ente histórico-filosófico das formações sociais.

Wallerstein (1979) parte da idéia de forças externas, uma vez que a posição que um determinado país ocupa depende da dinâmica do sistema-mundo como um todo. Somente este sistema-mundo é capaz de influenciar internamente cada nação. Em outras palavras, o sistema-mundo ocupa o lugar do processo histórico em si no que diz respeito à capacidade de abarcar com toda a essência a categoria do modo de produção.

Assim, para Jabour (2008), a ênfase na externalidade retira da análise dos teóricos do sistema-mundo o processo de desenvolvimento da formação social em si mesma, sua relação com o mundo exterior e a dialética existente entre o interno e o externo. Tal artifício, acrescido de

uma visão estratificadora – a até certo ponto despolitizada – das relações entre nações levou Wallerstein ao argumento que relaciona desequilíbrios estruturais nas economias centrais – e o respectivo reordenamento geográfico de cadeias produtivas na busca por uma harmonia entre rebaixamento de custos de produção e ampliação de demanda, com o desenvolvimento econômico de países “semi-periféricos”, de forma que o ciclo da “economia-mundo” voltasse à sua fase de expansão. Dessa forma, o atraso e o dinamismo dependem do fator externo. É como dizer que China, Brasil e outros se desenvolvem apenas quando são convidados para se associar ao desenvolvimento econômico do sistema-mundo, ou, quando ingressam na economia-mundo capitalista.

Wallerstein (1979), ao defender a hipótese de desenvolvimento de um sistema capitalista mundializado que nasce e se desenvolve entre os séculos XV e XVII e se consolida após a revolução russa nas primeiras décadas do século XX, começa por misturar, teoricamente, acumulação capitalista plenamente desenvolvida com o processo de acumulação primitiva de capital do século XVI. O nível de integração que alcançou este “sistema capitalista mundial” levou o autor a designar o conjunto sistêmico não mais de “economia mundial” e sim “economia-mundo”.

Para Jabour (2008), tais fases do desenvolvimento capitalista têm relação direta com uma duvidosa base marxista praticada por Braudel, que em suas periodizações históricas (ciclos históricos) abstraiu, por exemplo os ciclos de curta (Juglar/Marx) e longa duração (Kondratiev). Tal negação dos “ciclos econômicos” pode redundar na negação do processo de acumulação, ou mesmo na confusão acima citada, entre acumulação de capital e acumulação primitiva de capital.

A diferença entre um caso de acumulação e outro reside no modo de produção em si, pois se a acumulação capitalista se dá por meio da apropriação privada do excedente econômico, resultado de uma forma social específica de produção, regida por certas relações de produção dominantes, na acumulação primitiva o excedente ocorre pelo comércio, baseado na troca, no comprar barato e vender caro, possível graças à integração pela rotas comerciais. Dessa forma, a definição de capitalismo torna-se por demais genérica, fugindo completamente da visão de Marx, pois transfere-se da produção para a circulação. Para Jabour (2008), há inclusive um retrocesso à Smith e Ricardo no que diz respeito à Economia Política praticada pelo expoente da teoria do sistema mundo.

Apenas com tal deslocamento, do marxismo para as origens da Economia Política burguesa, torna-se possível fundar a base de uma falsa totalidade hegeliana – afinal pode-se vislumbrar o todo mesmo na parte, e da esquematização e estratificação do mundo em centro, semi-periferia e periferia, o que leva a não observar historicamente o processo de formação e desenvolvimento específico e particular de cada nação, creditando assim, como no caso dos teóricos dependendistas – à exceção de Marini, que processos autônomos de desenvolvimento só podem existir quando associados e a serviço dos interesses do centro. Tal método, ao deslocar o foco da análise do processo produtivo para o das trocas, ou da essência à aparência, impossibilita a análise específica de desenvolvimentos de nações que ingressam no sistema capitalista por meio, por exemplo, da superexploração do trabalho e da transferência de valor da periferia para o centro do sistema, comprometendo, em especial, a análise das hegemonias.

Baseando-se em choques externos, Wallerstein procura explicar as crises do sistema capitalista como reflexo dessas externalidades que causam o esgotamento estrutural interno. Assim, as crises ocorrem por conta da elevação dos custos de produção, especialmente pela elevação dos salários pagos pelas economias integrantes do grande sistema-mundo, a partir do êxodo rural, do aumento das cargas tributárias para manter os sistemas democráticos e dos custos ecológicos da produção. Nesse caso, especificamente, a fragilidade do argumento de Wallerstein, diante de uma reflexão crítica marxista, reside na importância exacerbada que o autor concede à questão da migração rural, esquecendo-se que o fornecimento de mão-de-obra barata para valorização do capital continua sendo efetuado pelos cinturões de pobreza, que sobrevivem às margens das grandes cidades industriais, independente, portanto, do esvaziamento ou não do campo.

Em suma, temos um elemento geográfico, ou espacial, muito forte e, por que não dizer, preponderante em seu argumento. A conjugação desses resultados com a superestrutura política – que se apresenta como um poder supranacional, portanto incapaz de ser alterada sem uma agenda positiva que inclua organismos mundiais de integração e elementos culturais, acaba por estabelecer-se como uma ordem além das estruturas estatais, tirando dessas últimas a condição de palco para a luta de classe.

Para ele, a crise surge da debilidade de continuidade dos laços comerciais, políticos e culturais, causadores de uma ineficácia sistêmica, que resulta em uma mudança de hegemonia e transição do eixo econômico mundial. Assim, argumenta em favor de uma suposta crise americana, que seria demonstrada justamente pela força de sua atuação militar. "*Os falcões*

(grupo de Bush) querem amoldar o orçamento governamental norte-americano de tal forma que não sobre lugar para mais nada a não ser despesas militares." (Wallerstein, 2003)

Logo, a crise final do capitalismo só seria possível com um movimento social mundial que se baseasse num pretenso “espírito de porto Alegre”, nas palavras do pensador. Tal espectro nos levaria à criação de uma agenda por meio da qual operaria uma ruptura global, sem levar em consideração as condições internas de cada nação. Visão que parte de uma perspectiva idealista e que vislumbra uma passagem do capitalismo para o socialismo, mas fora das fronteiras e dos marcos nacionais, sem a participação das classes envolvidas no processo de desenvolvimento material da sociedade.

Dessa forma, as transformações, ou transições, devem seguir uma ordem, uma lei social e natural, que esteja conforme a idéia de mundo capitalista, independente da formação produtiva interna, ou seja, independentemente de estarmos na China, na África Central, em Nova York, na Europa ou América Latina. Uma vez tratando-se de leis naturais sociais, estão além das possibilidades humanas e apenas restam algumas mudanças qualitativas, e por que não dizer, isoladas, de algum grupo de países.

Para Fernandes (2000), citando Wallerstein, *“assim como não há sistemas feudais, tampouco existem sistemas socialistas na economia-mundo hoje. Só existe um sistema mundial (...) com uma forma capitalista por definição. (...) o socialismo implica na criação de outro tipo de sistema-mundo que não é nem um império-mundo, nem uma economia-mundo capitalista, mas um governo-mundo socialista”*. Dessa forma, Wallerstein vislumbra nos movimentos anti-sistêmicos - ONGs, ambientalistas, minorias organizadas, etc, os novos sujeitos que substituíram o proletariado na função de construir a nova ordem mundial, isto é, se vencerem as dificuldades de conjuntamente construírem uma agenda positiva. E talvez esteja aí o verdadeiro problema, pois se tomarmos todas as organizações e grupos de indivíduos que se juntaram ao Fórum Mundial Social de Porto Alegre e analisarmos suas idéias, poderemos concluir que muito pouco restará de comum entre as diversas demandas, apenas o inimigo, ou não. Nesses termos, a possibilidade de se construir uma agenda positiva baseada em um espírito coletivo torna-se por demais remota.

Transitando entre conceitos de caos e sistemas dinâmicos, análise geopolítica, sociologia estrutural e análise histórica, observamos que, entre os segmentos de classe do sistema-mundo, num típico disfarce metodológico, os teóricos dessa abordagem desferem o golpe

final quando esvaziam a luta de classes, pois em lugar desta preferem relações entre Ocidente e Oriente, entre civilização cristã e civilização muçulmana, aliados e não aliados, democracia e ditadura, civilização e barbárie. Assentada sobre uma retórica contemporânea, pós-moderna, abrangente e segura, a exposição de Wallerstein nos deixa de “mãos atadas” enquanto sujeitos da história. O Estado nacional desaparece e, com ele, o palco da luta de classes. As nações, e seu futuro, dependem ou das decisões do “centro” do “sistema-mundo” ou de uma ruptura sistêmica institucional em escala mundial.

Considerações finais

Defendendo a idéia de que as crises no sistema capitalista contemporâneo fazem parte de sua dinâmica própria, acrescentamos que tais eventos são necessários para a sobrevivência do próprio sistema Capitalista e que evidenciam as contradições do modo de produção. Assim, a mais recente crise do sistema capitalista mundial e seus reflexos atuais, especialmente na Europa e EUA, longe de se sustentarem apenas como uma crise financeira, demonstram uma aguda crise de acumulação. Apesar de autoridades governamentais, analistas e economistas burgueses das mais variadas linhas teóricas insistirem no caráter financeiro do evento, dada a associação com instituições de crédito vinculadas à concessão de hipotecas no início dos eventos, lembramos que crise e estagnação são parte imanente da dinâmica de um modo de produção que se figura como transitório, visto na totalidade do processo de desenvolvimento dialético da realidade humana.

Como parte integrante da dinâmica contraditória da reprodução ampliada do capital, as crises são momentos durante os quais capitais tecnologicamente ultrapassados são desvalorizados. Uma parte desaparece, o que é necessário para o restabelecimento das atividades produtivas, e outra é concentrada e centralizada nas frações mais poderosas e desenvolvidas do capital. É por isso que as crises capitalistas renovam as condições da acumulação, mas em um novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, em novas bases de produção e expropriação da mais-valia. No entanto, novas contradições irão exigir novas crises para que todo o processo se reinicie.

Na análise marxiana, crise e contradição são conceitos indissociáveis, pois integrantes da dialética materialista presente no método de Marx. Daí que para se entender uma crise capitalista, mesmo aquela que nos parece circunscrita à esfera financeira, devemos entendê-la como resultado de uma oposição de medidas, de uma superação da medida do valor, logo, da

negação do obstáculo imposto pelo próprio capital e, assim sendo, pela ótica de sua contradição.

Diante do exposto, apresentamos uma reflexão crítica à idéia presente nas análises dos teóricos do sistema-mundo, a partir da qual esses sistemas são vistos como a unidade de análise mais adequada para o estudo da vida social e ocupam, dessa forma, o lugar analítico tradicionalmente preenchido pela “sociedade” e pelo “Estado” no papel de entidades em que a vida social se desenrola (Wallerstein, 1979).

Visto como uma teoria que procura explicar o desenvolvimento do capitalismo mundial mantendo ampla interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento humano, mostramos que o método, apesar de fortemente calcado na pesquisa histórica, e pretensamente considerado como tendo uma inspiração marxista, mostra-se a-histórico, ao retirar o elemento dialético material com o qual as análises de Marx depositam na luta de classes o papel preponderante nas transformações mais profundas e nos revolucionamentos da sociedade.

O idealismo desta perspectiva de desenvolvimento histórico nos remete à negação da centralidade da formação social no processo de transição entre diferentes modos de produção. A ênfase na externalidade retira da análise dos teóricos do sistema-mundo o processo de desenvolvimento da formação social em si mesma, sua relação com o mundo exterior e a dialética existente entre o interno e o externo.

Na medida em que tais abordagens retiram a primazia do elemento material contido na crítica do capitalismo, encontram dificuldades para explicar as metamorfoses e crises do sistema capitalista mundial contemporâneo, esvaziando as perspectivas socialistas e eliminando completamente o elemento dialético da luta de classes para a transformação da sociedade, principalmente por retirarem o proletariado da condição de sujeito do processo emancipatório, colocando em seu lugar os chamados movimentos anti-sistêmicos (ONG's, ambientalistas, minorias organizadas, etc.) com a função de construir uma nova ordem mundial, isto é, se vencerem as dificuldades de, conjuntamente, preparar uma agenda positiva.

Referências

ARIENTI, W.; FILOMENO, F. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.28, n.1, p.99-126, jul. 2007.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Lisboa: Teorema, 1985.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, F. **Escritos sobre história**. São Paulo: Perspectiva, 1992a.

BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a história**. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**. 3 v. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BURKE, P. **A escolados Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Unesp, 1992

CARRION, R. A Escola dos “Annales” e a “nova” história. **Luz e sombras: ensaios de interpretação marxista**. Rio Grande do Sul: Centro de Estudos Marxistas, 1997.

CESAR, A. **Crise mundial segundo Theotônio dos Santos**. Dez. 2008. Limiar e Transformação. Disponível em <http://limiaretransformacao.blogspot.com/2008/12/crise-mundial-segundo-theotonio-dos.html>. Acesso em 6 de julho de 2011.

CHESNAIS, F.(ORG). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOMSKY, N. Os dilemas da dominação. In: BORON, A (ORG). **Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais**. São Paulo: CLACSO, 2005. cap. 1, p. 15-36.

COLLETTI, L. **El marxismo y el “derrumbe” del capitalismo**. Trad.Esp., 2ª Ed., México, Siglo XXI, 1983.

COSTA, Jales Dantas . Um debate teórico entre a Economia Política dos Sistemas-Mundo e a Nova Economia Política do Sistema Mundial. 2007. http://www.gpepsm.ufsc.br/html/index_arquivos/2.pdf. Acesso em 15 de dezembro de 2011.

DE PAULA, J.A. O conceito de capital no mundo contemporâneo. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, v. 17, p. 50-71, 2005.

DE PAULA, J.A.(ORG). O ensaio geral:Marx e a crítica da economia política (1857-1858). **Coleção Economia Política e Sociedade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DOS SANTOS, T. **A teoria da dependência: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DOSSE, F. **A história em migalhas: dos annales à nova história**. São Paulo: Ensaio, 1994.

FERNANDES, L. **O Enigma do Socialismo Real – Um balanço crítico das principais**

teorias marxistas e ocidentais. Mauad, 2000, p. 138.

FONTES, V. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. In: FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2008a. Disponível em <http://www.fbes.org.br/index2>. Acesso em: 17 jul. 2010.

GRESPLAN, J.L.S. **O negativo do Capital**, São Paulo, Hucitec/Fapesp, 1998.

GRESPLAN, J.L.S. **A dialética do avesso**, Crítica Marxista (São Paulo), v. 14, p. 26-47, 2002.

GRESPLAN, J.L.S. A desmedida do capita., **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, 2009. Disponível em <http://www.fflch.usp.br/df/cefp/Cefp13/gresplan.pdf>. Acesso em 10 de julho de 2011.

HERRERA, R. As teorias do sistema capitalista mundial. **O Diário.info**. Jan. 2007. Disponível em http://www.odiario.info/?page_id=18. Acesso em 23 de agosto de 2010.

JABOUR, E. **Reflexões sobre a China: O “marxismo vulgar” de I. Wallerstein**. Fevereiro, 2008. Disponível em http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=1343). Acesso em 2 de julho de 2011.

MANDEL, E. **O capitalismo** (1981). Artigo disponível em www.marxists.org. Acesso em: 20 jul. 2010.

MANN, M. **Império da Incoerência**. São Paulo: Record, 2006.

MARX, K. **Carta a Pável V. Annenkov**. Escrita em 28 de dezembro de 1846. Publicada pela primeira vez em francês em 1912. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1846/12/28.htm>. Acesso em: 28 ago. 2010.

MARX, K. **O capital**. Livro I. Tomos 1 e 2. São Paulo: Abril, 1983.

MARX, K. **O capital**. Livro II. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

MARX, K. **O capital**. Livro III. Tomos 1 e 2. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril, 1984

MARX, K. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Boitempo, 2011.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital**: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

MARX, K. **Teorias da mais-valia**. Volumes I, II e III, São Paulo: Difel, 2005.

- MARX, K; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**: volume I. São Paulo: Ed. Vitória, 1961.
- MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. Volume 2. São Paulo: Edições Sociais, 1976.
- MARX, K; ENGELS, F. **Textos**. Volume 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MÉZÁROS, I. A crise estrutural do capital. Fev. 2010. Disponível em <http://www.mezzaros.comoj.com/>. Acesso em 20 de junho de 2011.
- MODELSKI, G. Evolutionary paradigm for global politics. **International Studies Quarterly** (1996), n. 40, p.321-342.
- MOLLO, M. L. R. Valor e dinheiro nos Grundrisse: uma discussão contemporânea. In: DE PAULA, J.A.(ORG). **O ensaio geral: Marx e a crítica da economia política (1857-1858)**. Coleção Economia Política e Sociedade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- PAULANI, L. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008
- NAKATANI, P.; HERRERA, R. Crise financeira ou de superprodução? **O Diário Info**. Março, 2011. Disponível em http://www.odiarario.info/?page_id=18. Acesso em 28 de junho de 2011.
- ROSDOLSKY, R. (2001). **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora/Editora da UERJ. Original publicado em alemão em 1968.
- SADER, E.; DOS SANTOS, T.(COORD.) **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.
- WALLERSTEIN, I. **O moderno sistema mundial**: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI. Porto: Afrontamentos, 1979.
- WALLERSTEIN, I. Periphery. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **The New Palgrave**: The world of economics. London: Mcmillan, 1987.
- WALLERSTEIN, I. **Shock and Awe?** New York: Fernand Braudel Center, Binghamton University, 2003. Disponível em <http://www2.binghamton.edu/fbc/archive/commentr.htm> . Acesso em 12 de julho de 2011.